



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

30 DE DEZEMBRO DE 1975

SAUDAÇÃO DE FIM DE ANO AO POVO
BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO.

BRASILEIROS

Mais uma vez venho ao recesso de vossos lares, no limiar de um novo ano, para um rápido balanço do que se conseguiu realizar em 1975 em prol do desenvolvimento nacional e para dirigir-vos — e graças a Deus posso fazê-lo com tranquilidade e convicção — palavras de justa confiança quanto ao futuro próximo, tal como o podemos antecipar nos dias de hoje.

1975 não foi um ano fácil para o Brasil. Aliás, não o foi para país algum do mundo, o que, além de não servir de consolo, ainda agravou as dificuldades de cada um.

De um lado, recessão das mais graves e prolongadas estendeu-se sobre o mundo, tanto desenvolvido como em desenvolvimento, restringindo severamente nossos mercados de exportação e deteriorando nossas relações de troca.

De outro lado, na frente interna, abateu-se sobre amplas faixas do território nacional, uma sucessão anormal de calamidades climáticas imprevisíveis. Além das graves repercussões sociais que essas calamidades causaram nas populações atingidas, quebra-

ram as perspectivas, dantes justificadamente tão promissoras, de safras abundantes e, assim, se reduziram nossas disponibilidades para exportação e se criaram *deficits* a exigir importações onerosas.

Nesse quadro, foi necessário atuar com muita flexibilidade, tanto na adaptação dolorosa à nova realidade mundial, desfavorável e até mesmo agressiva por vezes, como na superação do fraco desempenho de nossa agropecuária, assaltada por tantos e tão sérios flagelos, — tendo em vista não apenas o crescimento, mas também o equilíbrio do balanço de pagamentos, o controle da inflação e a melhor distribuição da renda.

Felizmente achava-se o Governo, desde os estudos preliminares à elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento, preparado para isso, plenamente convicto da tarefa delicada que seria forçado a enfrentar, com instrumentos bem mais flexíveis de atuação na esfera econômica, quando tudo já indicava a necessidade de inaugurar metodologia e estilo novos para o que teria de ser, necessariamente, um planejamento em ambiente de maior insegurança e de incertezas acrescidas. Por isso mesmo, no II PND, não foram estabelecidas metas rígidas a se alcançarem em prazos determinados, vestindo, como em camisa de força, as atividades planejadoras, mas sim um sistema, adaptável à evolução real da conjuntura econômica internacional, de prioridades de investimento e simples indicadores de realizações, — nada mais que marcos de referência para acompanhamento

da execução e os inevitáveis reajustamentos sucessivos. O que nele se ressalta é uma tarefa básica, esta sim, bem determinada — a de impulsionar o mais possível o crescimento do produto bruto nacional num modelo, mantido sempre, de economia de mercado, e resguardando-o ao máximo dos efeitos da estagnação, ou mesmo recessão, que afligia os próprios países desenvolvidos, em maior ou menor grau.

Daí, sem prejuízo de um esforço redobrado para aumento das exportações, diversificando mercados e produtos — e estas cresceram, de fato, em relação ao ano anterior, mas segundo uma taxa menor que a prevista —, medidas de progressiva contenção de importações — as quais realmente não viriam a crescer nem em valor nem em quantidade física — foram adotadas desde o início do ano.

Estimulou-se muito o mecanismo da substituição de importações a que tradicionalmente tem o Brasil sabido recorrer em suas dificuldades de balanço de pagamentos, não obstante se reconheça que tal mecanismo processar-se-á agora em setores de mais alta sofisticação tecnológica e em prazos bem mais demorados de maturação dos vultosos investimentos requeridos.

Eis por que nunca se cuidou tanto, e com tão forte preocupação de ganhar tempo, dos setores de base, particularmente os de Bens de Capital e Insumos Básicos. Aprovaram-se e já vêm sendo executados programas bem definidos, dotados todos de recursos e incentivos para sua implementação, atri-

buída preferencialmente à iniciativa privada. No campo do petróleo, o mais crítico sem dúvida, todas as alternativas foram consideradas, aprovando-se amplo programa complementar para a produção de álcool e chegando-se à autorização, confiada à PETROBRÁS, para negociar contratos de serviço com cláusula de risco.

Ao mesmo passo, como tive oportunidade de ressaltar em pronunciamento ainda recente, impunha-se manter a execução dos demais programas prioritários incluídos, por essenciais, no II PND, os quais servem particularmente à substituição de *importações também*, à promoção de exportações e ao impulso de novos centros motores para o desenvolvimento nacional. Tal ênfase, longe de constituir uma revisão daquêlê Plano, insere-se exatamente, e, ao contrário, no quadro das preocupações maiores nele definidas quanto ao ajustamento de nossa economia à conjuntura mundial, com preservação do seu maior grau de crescimento possível.

Em dias recentes, completando a progressividade que na matéria caracteriza a ação governamental, a conjuntura levou-nos a medidas ainda mais drásticas para contenção das importações, de modo a assegurarem-se perspectivas mais favoráveis ao próximo ano, quando se espera preservar nossas reservas internacionais, equilibrando a balança de comércio e melhorando a situação deficitária de nosso balanço de pagamentos.

Justo é reconhecer-se que o Governo soube resistir a reações prematuras de pânico, apesar de esti-

muladas pelos exemplos que de outras bandas nos vinham, com o prestígio de economias mais vigorosas e de gerentes de mestria e experiência indiscutíveis. Adotando somente agora essas últimas medidas, quando já se vislumbram sinais muito mais seguros de que a economia mundial, nos seus centros mais dinâmicos, começa a relançar-se confiante, podemos esperar seja menos prolongado, certamente menos imperioso e duro, o período de rigorosa dieta de importações a que está submetida a economia nacional.

Ademais, ganhamos com isso dois anos de real crescimento — 1974, ainda com um índice elevado de quase 10%, e 1975 com um desempenho menor, mas sem dúvida bastante favorável, de uma taxa superior à do aumento demográfico e traduzindo-se, portando, em acréscimo da própria renda per capita, além de apresentar, em relação aos índices de agora, muitos deles negativos, dos países mais desenvolvidos do mundo, um diferencial ainda maior do que mesmo na extraordinária quadra dos 10% de crescimento anual. Acresce mencionar, que se conseguiu retomar, embora em pequena escala, a tendência decrescente de nossa taxa de inflação.

Não houve, e não há, clima de recessão nem desemprego anormal no país. Evitou-se às empresas privadas um tratamento de choque penoso, justamente quando elas, mal emergindo de largo período de economia acelerada, se veriam muito mais vulneráveis, inclusive por total despreparo psicológico. E assegurou-se não só ao trabalhador brasileiro, mas à população em geral, ao longo destes dois anos.

um clima de tranqüilidade, de progresso, de normalidade do trabalho e da vida, ao tempo em que, lá fora, se acumulavam as filas de desempregados e se paralisavam fábricas e serviços.

O Governo continuará atento para que sejam reduzidas ao mínimo as repercussões das medidas há pouco adotadas para contenção das importações, em particular estimulando determinados setores da economia, entre eles o de obras de engenharia e construção civil e outros que empregam muita mão-de-obra, os que independem, ou dependem pouco, de volumosas importações, e aqueles que apresentam boas possibilidades de exportação de seus produtos. Os recursos decorrentes dos depósitos restituíveis a que as importações se vêm obrigadas agora, vultosos que são, permitirão ao Governo expandir suas linhas de crédito, com seletividade, beneficiando especialmente a pequena e média indústrias — que têm maiores dificuldades em capital de giro — a agricultura e a pecuária.

Sabemos que 1976 será um ano difícil também, mas que temos todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia. Aos pregoeiros do pessimismo destruidor veremos confinadas as profecias de recessão, depressão e crescimento zero.

Tudo aquilo que iremos fazer para assegurar o desenvolvimento econômico do país, o faremos com determinação e equilíbrio e, sempre que possível, gradualmente, da mesma forma que prosseguiremos,

incansáveis, na tarefa que nos impusemos, dentro de uma visão humanista do desenvolvimento da Nação, de melhorar as condições de vida da população brasileira, em particular das classes de recursos mais escassos, nas cidades e nos campos. Tanto mais que tais medidas se revestem de sadio pragmatismo econômico, porquanto, aumentando bastante a demanda efetiva num mercado interno amplíssimo mas em grande parte apenas potencial, asseguraremos escoadouro à produção de nossa indústria de bens de consumo, à agricultura e pecuária em expansão crescente, a salvo, pois, das oscilações negativas bruscas e das incertezas do mercado internacional, hoje tão tumultuado.

Tal propósito não é nem será afirmação inconsistente, muito menos promessa vã. Serve-lhe de lastro o muito que meu Governo neste sentido já fez, mesmo numa etapa como esta da vida nacional, em que a problemática econômica tende a absorver toda a atenção e as preocupações maiores dos responsáveis pela coisa pública.

O problema do desenvolvimento urbano tem merecido ênfase especial do Governo, não só em regiões metropolitanas mas para várias cidades de porte médio, visando-se a atenuar as tensões que aí se manifestam e a melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, entre muitas outras iniciativas, notadamente as de abastecimento de água e de saneamento, o Governo Federal está viabilizando, em prazo curto, a implantação de trens metropolitanos no Rio de Janeiro e em São Paulo e

esforça-se por melhorar o tráfego suburbano, para o que tem destinado recursos financeiros volumosos.

No setor da habitação, toda a programação do BNH tem sido revista, para o atendimento efetivo à população de baixa renda, passando-se a compensar, através de mecanismo recém-ampliado de incentivo fiscal, cerca de 50% da correção monetária prevista, para certas categorias de mutuários. Outras medidas vêm sendo tomadas para resolver, de uma vez por todas, o problema da inadimplência de mutuários que não tenham, realmente, condições para enfrentar o ônus que lhes foi imposto pela inflação na aquisição da casa própria.

A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, como a instituição do Conselho de Desenvolvimento Social demonstram, por si sós, o interesse especial que o Governo atribui a esse setor fundamental do desenvolvimento integrado do país. No entanto, vale salientar que medidas várias, objetivas e concretas, foram tomadas no decurso do ano, com vistas à meta da universalização da previdência e assistência social. Basta citar aqui algumas delas — as maiores facilidades asseguradas aos autônomos para sua inscrição no INPS, a extensão dos benefícios do sistema às pessoas maiores de 70 anos e a todos os inválidos que hajam, em qualquer época, cumprido a carência mínima de doze meses, bem assim aos que, por um período mínimo de cinco anos, tenham exercido qualquer tipo de atividade remunerada. Os proprietários rurais também não foram esquecidos.

A transferência da prestação do salário-maternidade para a previdência social, além de fazer cessar práticas discriminatórias, prejudiciais ao trabalho feminino, veio proporcionar distribuição mais equitativa dos encargos pelas empresas. Maior integração entre os vários regimes previdenciários existentes foi alcançada através da contagem recíproca do tempo de serviço estatutário e trabalhista, assegurada em lei sugerida pela direção da Aliança Renovadora Nacional e que obteve consagrada aprovação nas Casas do Legislativo.

Além disso, estou certo de que já é sensível a melhoria alcançada nos serviços médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social, graças ao Plano de Pronta Ação que tomou a Baixada Fluminense como área prioritária, devendo estender-se, em breve, à grande São Paulo, à Baixada Santista e à região de Campinas.

A distribuição de remédios a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente aos beneficiários da previdência social é outro programa já implantado, em caráter experimental, na região do Grande Rio e que, no ano próximo, deverá ser levado a outras regiões do país.

Fastidioso seria enumerar providências já tomadas ou ainda em curso neste setor em que meu Governo reconhece importância capital, como a todos do campo social, inclusive os relativos à Saúde, ao Trabalho, à Educação e à Cultura.

Registrem-se, apenas, as novas perspectivas com o aumento do salário-educação na área do ensino

fundamental, os novos instrumentos adotados para desenvolver o ensino médio e o crédito educativo para o ensino superior; as campanhas e medidas para melhorar as condições de segurança de trabalho; o êxito da campanha de vacinação em massa contra a meningite — considerada um exemplo para o mundo — e, no setor do funcionalismo público, não se deixe de mencionar que o Governo conseguiu cumprir sua promessa de levar avante a implantação do Plano de Classificação de Cargos, uma vez que até esta data já foram aprovados 93% da totalidade dos processos de lotação das unidades da Administração Federal.

Quanto ao desenvolvimento político, devo referir-me em especial ao clima de cooperação eficaz existente entre o Executivo e o Legislativo, logrando o primeiro obter, do segundo, o pronto atendimento a suas solicitações de aprovação para projetos, que contaram, em inúmeros casos, com valiosa contribuição dos Senhores Congressistas. Tal relacionamento, altamente salutar, parece-me fundamento indispensável a qualquer avanço efetivo que se deseje concretizar no sentido do desenvolvimento político nacional que todos sinceramente almejamos.

Cabe destacar ainda três importantes realizações no campo político-administrativo:

— a lei que dispõe sobre o aumento gradual da renda dos Estados e Municípios, com recursos do Fundo de Participação;

— a que estende a remuneração proporcional a todos os vereadores;

— a implantação efetiva do novo Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, é mister mencionar algumas das realizações da diplomacia brasileira em 1975, dentro da política de *pragmatismo responsável* que vem caracterizando a ação do Governo no setor.

O acordo para o desenvolvimento da energia nuclear, assinado com a Alemanha, foi sem dúvida, no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa, de nossa ação diplomática. Marcou, para a economia brasileira, o limiar de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões descabidas.

A viagem presidencial a Assunção foi de grande significado para as nossas relações com a valorosa nação guarani, a que nos ligam laços da mais sincera amizade. O tratado que assinamos naquela capital marca nova etapa no relacionamento de nosso país com a República do Paraguai — tal como os anteriormente firmados em Cochabamba com a Bolívia, em Rivera com o Uruguai. A amplitude desses tratados representa algo de inédito na política internacional do Brasil em relação a seus vizinhos do hemisfério.

1975 foi também fecundo no estreitamento dos laços de amizade com as nações africanas. Êxito especial deve ser creditado à política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no con-

texto da qual, fiel aos princípios de não-intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal.

Brasileiros.

O ano de 1976 exigirá de todos nós uma atitude construtiva, de realismo positivo.

Nem o otimismo exagerado e fantasioso, distanciado da realidade da vida social, nem o negativismo artificial, inimigo da criatividade e gerador do imobilismo abúlico, podem servir à obra generosa da construção perseverante, pelo trabalho e pela dedicação, da grande Pátria de amanhã.

É no enfrentar os grandes desafios que um povo se retempera, galvanizando energias e mobilizando o calor das emoções e a tenacidade das vontades.

Não temos agora, pela frente, um grande desafio. 1976 oferecer-nos-á dificuldades a vencer, todas muito aquém, sem dúvida, de nossas possibilidades de resistência e flexibilidade imaginativa e criadora.

Mas através da superação de desafios menores é que os nervos se disciplinam, a vontade se enrijece, a alma se eleva, à altura, todos, dos desafios maiores que o futuro não deixará de oferecer a uma Nação em acelerada marcha ascendente para posição de relevo na comunidade mundial.

E para isso devemos estar preparados.

Eis a mensagem, plena de confiança e de fé no futuro, nem incerto nem sombrio, que senti de meu dever dirigir-vos ao desejar, a todas as famílias brasileiras, um Ano Novo de plenos êxitos e felicidades muitas.

Boa noite.